

A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas¹

Cláudia Nonato²
Roseli Fígaro³
Universidade de São Paulo, SP

Resumo

A censura e o censor se apresentam hoje no Brasil de diversas formas. Ela adquire traços específicos em diferentes níveis e instituições. Manifesta-se, sobretudo, como imposição econômica, cerceando temas, personalidades, expressões estético-artísticas; também manifesta-se como deliberação jurídica, como no caso das biografias não autorizadas. Poucas vezes, no entanto, consideramos o apagamento das expressões no mundo do trabalho como uma forma de censura, e, pode-se dizer, como das mais draconianas formas de domesticar a expressão. Este artigo pretende analisar a autocensura como prática na rotina produtiva dos jornalistas. Para isso, identifica e analisa a autocensura, que aparece tanto na omissão, quanto na manipulação da realidade e, acima de tudo, está hoje muito presente no cotidiano do mundo do trabalho.

Palavras-chave: censura; autocensura; mundo do trabalho; jornalismo; jornalistas

Introdução

Com a chegada da internet e das redes sociais, a aparente liberdade de expressar-se e a migração para esses meios como prática comunicativa, fez o controle sair do campo das sutilezas, reacendendo o debate sobre a democratização da informação e dos meios de comunicação. Tais mudanças também alteraram as práticas de liberdade de expressão estabelecidas até aqui, substituídas por novas formas de censura. A figura do censor não é a mesma da época da ditadura; as perseguições, intimidações e prisões foram trocadas pelo

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu (PR), 2 a 5 de setembro de 2014.

² Jornalista, Doutoranda em Ciências da Comunicação na ECA/USP, Professora da FIAM-FAAM Centro Universitário e integrante do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT – ECA/USP) E-mail: claudia.nonato@uol.com.br

³ Professora Livre-Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (USP), Coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT ECA/USP) e pesquisadora do Observatório de Comunicação e Censura (OBCOM ECA/USP). E-mail: figaro@uol.com.br

autoritarismo das empresas, pela exclusão de conteúdo das redes sociais ou pelo impedimento advindo de uma ação judicial.

De nossa história recente, vale lembrar que os meios de comunicação se desenvolveram no Brasil sob grande influência, pressão política e econômica, em conjunto com a censura (Mattos, 2005, p.163). No período da Ditadura Militar, veículos que apoiaram ações governamentais obtiveram incentivos, como empréstimos e publicidade, enquanto aqueles com postura opositora e crítica não tiveram o mesmo tratamento. Por motivos como esses, segundo o autor, a censura também pode ser motivada indiretamente, e pode induzir a autocensura, “estimulando um sentimento de compromisso político que gera o medo de contar a verdade”. Com este artigo, pretendemos identificar e analisar a autocensura, que aparece especialmente no jornalismo, tanto na omissão, quanto na manipulação da realidade (Bahia, 1990, in Mattos, 2005, p.43) e, acima de tudo, está hoje muito presente no cotidiano do mundo do trabalho.

Identificando a censura e a autocensura

Censura é o processo de repressão da liberdade de expressão e de imprensa, está diretamente relacionada ao poder, seja ou não do Estado, e pode se apresentar de diversas formas. Para Cremilda Medina (2002, p. 421), além da censura explícita, institucionalizada e verticalmente exercida pelo Estado autoritário, estamos sujeitos a cerceamentos nas práticas cotidianas, impostas por “atos repressivos inerentes a qualquer exercício de poder” e também à autocensura. Para Mattos (2012, p. 101), não há diferenças no conceito do ato de censurar; o que muda “é a aplicação dos instrumentos de controle”.

Como uma política de Estado, o ato de censurar é, para Beatriz Kushnir (2004), “a ação individual ou em grupo realizada por um censor – alguém designado pelo governo a pôr em prática o artifício censório – que, ao analisar obras de cunho artístico e/ou jornalístico, permite ou não a sua difusão”. Para a autora, a postura de vigiar e reprimir revela a intenção de manter uma harmonia social:

Arrazoar a ação de proibir e censurar, de negar ao outro o direito de acesso a determinados temas; vigiar pessoas, ditar normas de conduta, excluir palavras do vocabulário; forjar de maneira brutal uma nova realidade, essas são algumas das indagações centrais e das preocupações acerca das estratégias do interdito. Os atos censórios não estão, entretanto, circunscritos a determinados momentos, lugares ou formas de governo. (KUSHNIR, 2004, p.36)

O sociólogo Venício Lima (2012) afirma que o Estado não é o único censor e, muitas vezes, sequer o mais importante. Para ele, que se refere à censura da palavra, “da expressão que é um direito humano fundamental da pessoa, do indivíduo e o cidadão”, existem várias formas de censura e censores. “Esta censura é anterior à existência não só de Gutenberg (...) como é muito anterior à existência da instituição que passou a ser conhecida como “imprensa” e hoje chamamos de “mídia””, completa.

A linguista Eni Orlandi identificou a censura no silêncio. Ao analisar tanto a censura, quanto a recusa de se submeter a ela, a autora afirma que o silêncio não é transparente, é ambíguo, “pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar” enquanto a censura, tal como a definimos “é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições.” (2007, p.101 e 104).

O educador Paulo Freire também abordou o tema ao falar na submissão dos oprimidos pelo silêncio, que chamou de “cultura do silêncio”. Em seus textos, analisados dentro da realidade latino-americana, Freire afirma que no Brasil colonial, o Estado português e seus aliados se beneficiavam da opressão aos indígenas e escravos vindos da África, por meio da submissão e da proibição da liberdade de se expressar; ou seja, impondo o silêncio. Os colonizadores portugueses foram os nossos primeiros censores, e deixaram como herança “uma cultura de dominação que, uma vez internalizada, condicionava o comportamento submisso” (Freire, 1970, p. 169, in Lima, 2011, p.111).

Trazendo o tema para os dias atuais, Venício Lima (2011) considera que o silêncio é uma forma de censura disfarçada imposta pela grande mídia em relação a determinados temas. Para ele, a grande mídia é a principal mediadora e construtora dos espaços públicos, e, quando omite algo desse espaço, sonega ou exclui a possibilidade desse tema fazer parte do conhecimento e do debate público.

O jornalista Alberto Dines (in Mattos, 2005, p.42) afirma que a censura também está na manipulação - que considera ser a mais sutil -, na falta de profundidade e apuração e, principalmente, na omissão, que também se caracterizaria como autocensura, “uma extensão da censura e que quase sempre pode atuar no jornalismo como parte invisível do corpo censorial ostensivo”.

No atual ambiente democrático em que vivemos, a autocensura é geralmente aplicada para evitar demissões, processos judiciais ou por questões financeiras e éticas, principalmente entre os jornalistas. Kucinski (2002, p. 541 e 542) identifica na história da

imprensa diversos tipos de uso de autocensura jornalística, a começar por países ibéricos, que a utilizavam “na clandestinidade política e na criminalização da dissidência e do não conformismo por parte das elites dirigentes” (p.539). Também mostra que a autocensura foi utilizada como método ideal de controle da informação (“ao suprimir a própria informação de que a informação está sendo suprimida, a autocensura torna-se, para o opressor, a melhor forma de controlar a informação”), e como sistêmica (“muitos episódios de autocensura durante a ditadura militar eram definidos no âmbito de sistemas jornalísticos, de empresas ou de redações, e não por indivíduos”).

A autocensura da época da ditadura militar deixou uma herança para os jornalistas brasileiros que persiste até hoje, quando os profissionais deixam de revelar parte das informações que possuem. “É a autocensura como estratégia de sobrevivência num ambiente redacional autoritário, e já incorporada ao *ethos* jornalístico na democracia pós-autoritária brasileira”, afirma o autor. Para ele, “essa autocensura é o traço que mais distingue o jornalista brasileiro do jornalista de culturas de maior tradição democrática”. (p.543)

Kucinski afirma que não é fácil tipificar a autocensura, porque “ela se confunde com mecanismos sistêmicos e inconscientes de censura inerentes ao processo social de construção da notícia” (2002, p. 536). Esses mecanismos são “*filtros* vindos do poder econômico, do poder da publicidade, da barragem das fontes oficiais e da dominação ideológica” (Chomsky&Herman, 1988, in Kucinski, 2002, p. 538). A autocensura difere-se desses mecanismos principalmente por ser um ato consciente, com objetivo também consciente, de dosar a informação que chegará ao leitor

Trata-se de uma modalidade de fraude intelectual, uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas de intenção calculadas de enganar. São decisões tomadas na esfera do superego do jornalista. Nesse sentido é uma das mais danosas formas de controle da informação porque implica o engajamento do jornalista na proposta repressiva, fazendo dele sua primeira vítima. (KUCINSCKI, 2002, p. 538)

Na opinião do autor, ao impedir o exercício da liberdade, a censura imposta pelo Estado não afeta a dignidade do jornalista, nem sua personalidade de “homem livre”. Já a autocensura, ao fazer com que o jornalista aceite a sua restrição, tornando-se agente e objeto da repressão, “vai minando a integridade do ser” (idem). Na situação de autocensura,

“O jornalista assume a responsabilidade adicional de aferir e decidir o que é bom para o leitor e o que não é”, completa.

A censura, a autocensura e o censor se apresentam hoje no Brasil de diversas formas. Ela adquire traços específicos em diferentes níveis e instituições. Manifesta-se, sobretudo, como imposição econômica, cerceando temas, personalidades, expressões estético-artísticas; também manifesta-se como deliberação jurídica, como no caso das biografias não autorizadas. Poucas vezes, no entanto, consideramos o apagamento das expressões no mundo do trabalho como uma forma de censura, e, pode-se dizer, como das mais draconianas formas de domesticar a expressão.

O mundo do trabalho como espaço silenciado

O tema soa inadequado, porque se pressupõe que a democracia e o direito à expressão digam respeito unicamente às questões que aparecem na cena pública, como no jornalismo e nas mídias. No entanto, é preciso ressaltar que no mundo do trabalho, aqui compreendido como o ambiente real e concreto onde se constroem os laços de sociabilidade que permitem trabalhar, a liberdade de expressão se mantém controlada pelo interesse privado. Interesse regulado pela vontade do dono dos meios de produção. No espaço institucional da empresa o tema da liberdade de expressão não existe. É tácito que a subordinação às regras de conduta da organização empresarial faz parte das relações contratuais de prestação de serviço. Mesmo que tais regras estabeleçam o não exercício da expressão de fala, de consciência e de poder criativo e intelectual de quem trabalha. É imposição contratual - o silêncio.

No cotidiano, o mundo do trabalho aparece sem voz. Aquele que trabalha não é visto como criador, realizador, inteligente e ser de comunicação. Para Boutet (2008), o trabalhador não tem direito à palavra no mundo do trabalho. Nos mais diversos ramos profissionais a palavra aparece domada. Como se fosse possível que as prescrições e normas de procedimentos da instituição pudessem cumprir e abarcar todas as situações de trabalho, mesmo as mais inusitadas.

É relevante para a nossa discussão esclarecer que o conceito de liberdade de expressão com o qual se opera neste artigo é aquele lastreado pela tradição do

republicanismo, ou seja, “a liberdade política do republicanismo, que se define como não-dominância e se orienta pelo modelo das virtudes cívicas da cidadania com valor substancial.” (Ramos, 2011, p.44) que se diferencia da compreensão liberal, assentada no “livre agir do indivíduo”. Sendo assim, quando se fala em censura ou interdição da palavra no mundo do trabalho, afirma-se a operação programada de apagamento de quem trabalha como cidadão, aquele que é ser político.

Nesse sentido, os mecanismos processuais e prescritivos de como trabalhar já contêm as formas de controle da expressão. Geram rotinas produtivas cujo sentido é o de neutralizar as especificidades e as características do fazer, do trabalhar de cada um. Mas as prescrições não dão conta da realidade do trabalho. O trabalho é mais “complexo” é sempre “inédito”, desafiando as “infidelidades do meio” (Schwartz, Durrive, 2007). Essas características do trabalho exigem o ser humano por inteiro, daí as manobras realizadas, os desafios a serem superados e as limitações que, no caso da comunicação, são aspectos que levam à autocensura.

Para o operário⁴ estipula-se o mínimo de tempo e das formas de comunicação como aspectos da avaliação da produtividade e da qualidade do trabalho; para os trabalhadores no telemarketing o *script* dos diálogos a serem travados com os clientes são regulados e controlados segundo a segundo e estimula-se a simpatia, a sedução pela voz e argumentação por meio de palavras-chave, fora das quais não é possível a expressão; para os jornalistas⁵, a linha editorial e o público-alvo do produto notícia balizam as formas do dizer; e as condições precárias para a pesquisa e a apuração, ditadas pelo tempo-mercantil online, configuram limitações à execução do trabalho com qualidade. Todos esses, e outros muitos, trabalhadores são limitados em sua expressão no mundo do trabalho. Nesse espaço, a autocensura é lugar-comum. É forma de sobrevivência contratual.

⁴ Josiane Boutet, em *La vie verbale au travail*, discute a censura e a regulação da palavra no mundo do trabalho. Também as dissertações e teses vinculadas ao Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho demonstram as limitações e a regulação à comunicação no trabalho. c.f. PICCIARELLI JR. Sérgio. *As relações de comunicação no processo de produção da Gráfica Abril: inovações, criatividade e reconhecimento do uso de si na atividade de comunicação e trabalho*. São Paulo: ECA-USP, dissertação de mestrado, 2009. SANTOS, Edilma Rodrigues dos. *Estudo de recepção em comunicação: as representações do feminino no mundo do trabalho das teleoperadoras*. São Paulo: ECA-USP, dissertação de mestrado, 2011.

⁵ O Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho também realizou investigação sobre o perfil e o mundo do trabalho dos jornalistas de São Paulo. c.f. Figaro, R. Nonato, C., Grohmann, R. *As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas*. São Paulo: Salta, 2013.

Autocensura na omissão e na manipulação dos fatos jornalísticos

Bernardo Kucinski (1998, p. 51) afirma que “a autocensura é a supressão intencional ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes”, é um tipo de fraude, uma mentira que parte da intenção de esconder a verdade. O fato de deixar de revelar parte das informações que têm em mãos é visto com naturalidade entre os jornalistas brasileiros, e esta é uma das características que os diferem, segundo ele, de profissionais de outras culturas de maior tradição democrática. “É a autocensura como estratégia de sobrevivência num ambiente redacional autoritário, e já incorporada ao ethos jornalístico na democracia pós-autoritária brasileira” (2002), completa.

O autor cita um caso recente de nossa história como exemplo: em 1994, o então ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, fez uma confidência a um jornalista da TV Globo, Carlos Monforte, enquanto aguardava para gravar uma entrevista. Ele comentou que estava aproveitando o cargo para promover a candidatura de Fernando Henrique Cardoso; a conversa foi captada por antenas parabólicas e revelada em rede nacional, causando um grande escândalo e um posterior pedido de demissão do Ministro. O fato de ter ouvido um comentário “em off” que, caso não tivesse vazado, jamais seria revelado pelo jornalista, nunca foi questionado pela grande imprensa, e sugere que “a autocensura por ele exercida no episódio não foi vista pelo conjunto dos jornalistas como desvio de conduta e sim como norma”, explica Kucinski (2002). Para ele, que chamou o episódio de “síndrome da antena parabólica”, a mídia agiu como “aparelho ideológico do Estado”⁶, modelo utilizado em culturas autoritárias que funcionam em regime de democracia formal, em que “a autocensura é ingrediente essencial”.

A invenção da autocensura é uma particularidade de regimes autoritários e, portanto, um dos critérios de demarcação desses regimes. A autocensura jornalística é tão originalmente nossa, latino-americana, que essa expressão não é usual dos léxicos de comunicação e jornalismo das democracias liberais. É também uma particularidade das relações de trabalho na imprensa brasileira, as quais ainda inexistem a “cláusula de consciência”, pela qual os proprietários não podem pedir a um jornalista que defenda posições

⁶ Modelo proposto por Louis Althusser criticado por ser um modelo extremado e formalístico. Para ele, Igreja, meios de comunicação e escolas são instrumentos necessários à reprodução das condições de produção do sistema capitalista, como coadjuvantes dos aparelhos repressivos do Estado (Kucinski, 2002, p. 544)

contrárias à sua consciência e nem demiti-lo por se recusar a fazê-lo. Nossos grandes jornais e redes de TV são empresas familiares, nas quais os jornalistas em cargos executivos são entendidos como profissionais de confiança dos proprietários, cuja lealdade é para com os donos do jornal e não para com o interesse público. (KUCINSKI, 1998, p. 69)

Para Mattos (2012), a censura e a autocensura no jornalismo podem ser identificadas tanto na omissão quanto na manipulação dos fatos, pois “o comprometimento político e econômico pode levar um veículo, ou profissional, a adotar certas práticas de manipulação da informação para tirar proveitos escusos delas”. Fato é que, por meio da manipulação das informações, a mídia promove distorções na realidade, filtrada pelos veículos de comunicação. No ensaio “Significado político da manipulação na grande imprensa” (2003), Perseu Abramo afirma que a manipulação da informação é uma das principais características do jornalismo no Brasil, praticado hoje pela grande imprensa. Para ele, a realidade artificial criada pela imprensa acaba se transformando em realidade para a população. Essa distorção dos fatos ocorre, segundo ele, de múltiplas e variadas formas, mas “a gravidade do fenômeno decorre do fato de que ela marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da Imprensa”.

Diante dessa análise, Abramo observou quatro padrões de manipulação da imprensa e um específico para o telejornalismo: a ocultação, a fragmentação, a inversão e a indução. São itens que, a nosso entender, podem ser considerados autocensura, tanto do profissional, quanto da empresa, e que estão presentes no cotidiano do jornalismo. A ocultação, segundo o autor, refere-se “à ausência e à presença dos fatos reais na produção da Imprensa”. Não significa omissão, nem fruto do desconhecimento, é o silêncio sobre o fato, que ocorre ainda no planejamento da pauta, da edição. Pois, depois de tomada a decisão de que um fato ‘não é jornalístico’, não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência, ou seja, “o fato real foi eliminado da realidade, ele não existe” (Abramo, 2003).

Esse método de ocultação foi utilizado, por exemplo, durante a ditadura militar no país. Bernardo Kucinski (2002) afirma que a prática da autocensura foi largamente utilizada por grandes jornais na época, principalmente durante o período de censura prévia⁷. Os censores eram imprevisíveis, sem apresentar regras claras, e proprietários dos meios de comunicação temiam que houvesse confiscos dos jornais impressos, o que poderia gerar grandes prejuízos. Para não afetar a produção e antecipando-se a represálias, jornalistas, editores e donos de jornais praticavam autocensura, no controle antecipado e voluntário da

⁷ Período em que a Censura era exercida por censor enviado à redação. (Kucinski, 2002)

informação. Este fato explica, segundo ele, o reduzido número de processos contra jornalistas durante o regime militar.

O segundo padrão de manipulação observado por Abramo é a fragmentação, caracterizada pela “sobra” do material ocultado pelo jornalista, e que seria manipulada durante o processo de edição. Esse padrão implicaria ainda na “seleção de aspectos, ou particularidades” e na “descontextualização”. A seleção de aspectos é semelhante ao padrão de ocultação: depois de separada, a notícia é fragmentada, decomposta, despojada de seus vínculos e adaptada aos interesses e à linha editorial da empresa. Para o autor, os critérios para essa seleção “não residem necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, mas sim nas decisões, na linha, no projeto do órgão de imprensa, e que são transmitidos, impostos ou adotados pelos jornalistas desse órgão”. A descontextualização ocorre em decorrência desse processo.

O terceiro padrão, da inversão, “opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de uma por outras e prossegue, assim, com a destruição da realidade original e a criação artificial de outra realidade” (Abramo, 2003). Ocorre durante o processo jornalístico desde o planejamento, mas principalmente durante a preparação e edição da matéria. O autor ainda observa que há várias formas de inversão: da relevância dos aspectos, da forma pelo conteúdo, da versão pelo fato, e da opinião pela informação.

O quarto e último padrão, o da indução, é “o resultado e ao mesmo tempo o impulso final da articulação combinada de outros padrões de manipulação dos vários órgãos de comunicação com os quais ele tem contato”, pois ultrapassa a fase de planejamento, preparação e edição da matéria e avança para a impressão, distribuição, publicidade e recepção. Para o autor,

A indução se manifesta pelo reordenamento ou recontextualização dos fragmentos da realidade, pelo subtexto - aquilo que é dito sem ser falado - da diagramação e da programação, das manchetes, notícias e comentários, sons e imagens, pela presença/ausência de temas, segmentos do real, de grupos da sociedade e de personagens. (ABRAMO, 2003)

Por ser uma combinação de todos os outros padrões e manipulação, o padrão de indução está fortemente ligado a autocensura. Ao destacar massivamente e diariamente determinados assuntos em detrimento de outros, que sequer aparecem na mídia, a imprensa

induz o receptor a acreditar em uma falsa realidade que, depois de distorcida, retorcida e recriada ficcionalmente, é, segundo Abramo, “dividida pela imprensa em realidade do campo do Bem e realidade do campo do Mal, e o leitor/espectador é induzido a acreditar não só que seja assim, mas que assim será eternamente, sem possibilidade de mudança”. Para ele, essa indução é fruto da manipulação do conjunto dos meios de comunicação mais poderosos, com maior tiragem, audiência e publicidade, ou seja, “os melhores”. A esses quatro padrões, Abramo acrescenta o padrão global, ou específico do jornalismo de televisão e rádio.

É possível fazer um jornalismo não manipulador?

Abramo (2003) avança na discussão, a partir da definição de objetividade no jornalismo. Segundo ele, a objetividade sempre aparece vinculada a conceitos como neutralidade, imparcialidade, isenção, honestidade, palavras que se situam no campo da ação, ligadas ao comportamento moral, mas que não deveriam estar ligadas a um jornalista ou a uma empresa de comunicação. O jornalismo deve ser, para ele, “não-neutro, não imparcial e não isento diante dos fatos da realidade” e deve tomar posição na orientação para ação. Ou seja, por meio das reportagens, comentários, artigos, editoriais, o jornalista deve orientar os leitores/receptores, a sociedade, “na formação de opinião, na tomada de posição e na ação concreta enquanto seres humanos e cidadãos”. Para o autor é possível fazer jornalismo com o máximo de objetividade, pois essa é “a única forma de reduzir o erro involuntário e impedir a manipulação deliberada da realidade”.

O reino da objetividade é a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise, assim como o reino da tomada de posição era a opinião, o comentário, o artigo, o editorial. É fundamental separar e distinguir informação de opinião, indicar as diferenças de conteúdo e forma dos gêneros jornalísticos, e apresentar toda a produção jornalística ao leitor/telespectador de forma a que ele perceba imediatamente o que é a exposição da realidade, e o que éajuizamento de valor. (ABRAMO, 2003)

A manipulação da informação e a distorção da realidade no jornalismo citadas até aqui são, segundo hipótese do autor, “deliberadas, têm um significado e um propósito”. Para ele, os proprietários das empresas de comunicação exercem controle sobre a produção,

de onde se pode concluir que são os principais responsáveis pela manipulação das informações no país, e a raiz para o problema está na motivação econômica, pela constante pressão dos anunciantes e pela busca do lucro. Mas está, principalmente, na transformação das empresas de comunicação em grandes conglomerados de mídia que, graças à valorização da informação na sociedade contemporânea, tornaram-se “novos órgãos de poder, órgãos político-partidários” e, por isso, precisam recriar a realidade e manipular as informações.

Todos esses padrões destacados por Perseu Abramo são modos de praticar a autocensura e tentativas de controlar os meios de comunicação, seja por meios econômicos, políticos, ou mesmo pela falta de ética do profissional. Mas Sergio Mattos (2012, p.164) destaca a importância dos profissionais conscientes de sua função social e crítica, afirmando que todos esses métodos “nunca conseguiram impedir a existência de profissionais, tanto aqui, como em qualquer parte do mundo, que conseguem resistir às pressões”.

Considerações finais

O tema da censura se coloca na atualidade como um desafio. Vivemos no estado de direito, não há a censura institucionalizada. Temos uma Constituição que estabelece o direito de liberdade de expressão. No entanto, o controle da expressão, a interdição e as novas formas de censura estão presentes e requerem mais reflexão e aprofundamento das pesquisas. A censura e a liberdade de expressão configuram-se como conceitos exigentes quando sabemos que as formas de controle – câmeras, softwares, algoritmos – expandem-se com o consentimento do conjunto da sociedade que quer segurança.

Nesse aspecto, no mundo do trabalho e as tradicionais formas de controle e cerceamento da expressão, baseadas no impedimento dos deslocamentos, da proibição da conversa, da obrigatoriedade de uso de determinados vocábulos em detrimento de outros, são ainda eficazes e normatizadas, sobretudo, no que diz respeito ao uso da internet e à obrigatoriedade de adesão às normas de conduta da empresa que prescrevem, muitas vezes, a autocensura.

No mundo do trabalho do jornalista, a autocensura é parte da rotina diária. Perseu Abramo, um dos mais importantes jornalistas brasileiros, tipificou a autocensura dado a presença, a constância e a racionalização dela nas rotinas produtivas do trabalho

jornalístico. Os critérios de noticiabilidade, a partir da incorporação da autocensura nos modos do fazer jornalístico, são manipulados e alterados, criando o paradoxo de que, na era da informação, tenhamos uma sociedade cada vez mais vigiada.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Significado político da manipulação na grande imprensa**. In Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/content/significado-politico-da-manipulacao-na-grande-imprensa> Acesso em 22/06/2014

BOUTET, Josiane. **La vie verbal au travail**. Des manufactures aux centres d'appels. Toulouse: Octares, 2008.

FIGARO, R. NONATO, C., GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. São Paulo: Salta, 2013

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 533-551.

_____. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. Jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2004.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire**. 2ª ed. rev. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Fundação Perseu Abramo, 2011

_____. **O silêncio como forma de censura**. Publicado no Observatório da Imprensa em 22/03/2011. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-silencio-como-forma-de-censura> Acesso em 22/06/2014

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada**. A história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Comunicação).

_____. O jornalismo brasileiro continua sob censura. In COSTA, Cristina (Org.): **Seminários sobre censura**. Núcleo de pesquisa em comunicação e censura (NPCC/ECA/USP). São Paulo: Fapesp; Balão Editorial, 2012.

MEDINA, Cremilda. As múltiplas faces da censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 421-434.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007 (6ª edição).

RAMOS, César Augusto. O modelo liberal e republicano de liberdade: Uma escolha disjuntiva? Revista Trans/Form/Ação, Marília, v.34, n.1, p.43-66, 2011.

SCHWARTZ, Yves e DURRIVE, Louis. (Orgs.) Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana. Niterói: Eduff, 2007.